

O REALISMO CRÍTICO E AS CONTROVÉRSIAS METODOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS EM ECONOMIA

Marcos R. Vasconcelos, Eduardo Strachman e José Ricardo Fucidji*

1 Introdução

Fundada no empirismo, a corrente metodológica que podemos denominar de tradicional, parte da visão de mundo de que exista uma realidade objetiva independente da mente humana e de que o conhecimento científico só pode ser gerado a partir da observação de fenômenos empíricos. Por várias razões, essa corrente foi encontrando dificuldades para sustentar seus aspectos **prescritivos**. Atualmente, ela passou a priorizar os aspectos **descritivos** de como o conhecimento considerado científico é de fato construído.

Com a crise do caráter prescritivo da metodologia tradicional, alguns de seus adeptos passaram a defender ou o niilismo metodológico (Feyerabend, 1975) ou o pluralismo metodológico (Caldwell, 1982, 1991) sem, no entanto, negarem a existência de uma realidade objetiva ao alcance do entendimento. Tal crise também teve repercussões sobre o debate em economia, fazendo com que o *mainstream* abandonasse, em grande parte, suas discussões metodológicas e promovesse uma crescente axiomatização e/ou instrumentalização de suas teorias, descoladas de preocupações com o mundo real.¹

Outra resposta à crise foi o florescimento, nos anos 80, de correntes que negam a precedência do conhecimento científico sobre outras formas ou até mesmo a possibilidade de existência do primeiro. Tal resposta promoveu o renascimento de posições metodológicas (inclusive, dentre estas, paradoxalmente, de posições anti-metodológicas; (Dow, 1997), idealistas e/ou anti-científicas, como apontam Backhouse (1994), Lawson (1996, 1997) e Dow (1996, 1997). Algumas destas correntes negam qualquer critério de demarcação ou de avaliação de teorias. Outras ainda, mais eivadas pela concepção idealista, propõem a precedência da linguagem e das criações conceituais e teóricas sobre a realidade objetiva.

Para os economistas atentos a questões metodológicas há um meio de escapar desse dualismo entre o tudo ou o nada prevalente na discussão metodológica atual. Entendido como uma filosofia da ciência e para a ciência, formulada na década de 70, o Realismo Crítico (doravante RC) e as prescrições metodológicas que dele derivam superam tal dualismo e possibilitam também encontrar fundamentos filosóficos alternativos à forma atualmente predominante de se fazer ciência econômica (Arestis, 1996; Clive Lawson *et al.*, 1996; Dow, 1996, 1997; Lawson, 1997).

Neste artigo, apresentamos a essência desta filosofia, com destaque às suas repercussões em termos metodológicos e a algumas de suas implicações para o debate em ciência econômica. O texto ordena-se da seguinte forma: na próxima seção, há uma breve recuperação dos principais autores envolvidos nos debates metodológicos, notadamente aqueles com maiores repercussões sobre os economistas (Popper, Kuhn e Lakatos), mostrando a crescente flexibilização dos aspectos prescritivos da filosofia da ciência. Na seção 3, descrevemos as características, avanços e limitações da Análise Retórica (AR) de McCloskey, apontando como o seu pensamento, embora sujeito a controvérsias interpretativas, pode ser situado como uma posição crítica, relativista e mesmo niilista à metodologia convencional. A seguir, tratamos dos principais aspectos do Realismo Crítico e, na seção 5, como considerações finais, dos desdobramentos desta filosofia para as discussões metodológicas em economia.

* Respectivamente doutorando no IE-Unicamp e professor da Universidade Estadual de Maringá; doutorando no IE-Unicamp; e mestrando no IE-Unicamp e professor da Universidade Estadual de Maringá. Agradecemos os comentários do prof. Maurício C. Coutinho a uma versão preliminar deste trabalho.

¹ Este processo é reconhecido por vários dos próceres do próprio *mainstream*. Cf. os vários artigos em *Economic Journal*, v. 101, n. 404, 1991.

2 Os Limites do Positivismo

Os conceitos falseacionistas de Popper

No final dos anos 20 e início dos 30, Popper começou a desenvolver seus critérios de falseamento a partir de uma controvérsia com os positivistas lógicos do Círculo de Viena. Estes haviam escolhido a *verificabilidade* como seu “*critério de significância cognitiva*”: para que uma afirmação fosse considerada *cognitivamente significativa*, ela deveria ser passível de verificação empírica, pelo menos em princípio. Popper rejeitou este critério argumentando que ele dependia do princípio da indução (Caldwell, 1991, p. 2-8 ; Hands, 1993, p. 62).² Embora estivesse preocupado com critérios de demarcação, ele não aceitava a dicotomia entre afirmações *significantes* e *não-significantes*. Em seu lugar, desenvolveu o critério de *falseabilidade*.

Seguindo Lakatos (1970, p. 224-225), podemos distinguir várias posições *falseacionistas* em Popper. Este teria começado como *falseacionista dogmático*, nos anos 20, “*mas logo compreendeu a insustentabilidade de sua posição e não publicou coisa alguma antes de inventar o falseacionismo metodológico*.” (Lakatos, 1970, p. 224, ênfases no original). O Popper “dogmático” se caracterizou por descartar sumariamente proposições ou teorias que tenham sido falseadas de forma conclusiva.

Há um segundo Popper: o *falseacionista ingênuo*. Este difere do *dogmático* por perceber que o cientista precisa, para “observar” os fatos, de um conhecimento e/ou de técnicas prévias, os quais ele considera, pelo menos durante a “observação”, como “provados”. Caso contrário, o cientista não conseguiria fazer afirmação nenhuma, tendo que principiar sempre dos dados mais fundamentais. Portanto, o *falseacionista ingênuo* prescreve uma atenção *extra* aos problemas da “observação”. Para isso, insere uma *primeira rede de segurança* com relação ao *falseacionista dogmático*: a prescrição da repetição de um experimento por um determinado número de vezes, a fim de tornar uma hipótese falseadora em uma bem corroborada (Lakatos, 1970, p. 131-136 ; Kuhn, 1970a, p. 6,20-21,27). Mas, uma vez que a evidência contrária tenha sido “suficientemente” corroborada, o *falseacionista ingênuo* prescreve que se a descarte imediatamente.³ Uma última chance para a teoria refutada seria sua reformulação de acordo com um artifício *ad hoc*, tornando-a “nova” e, se possível, outra vez testável. Neste caso, o Popper *ingênuo* admite uma outra crítica e eventuais novos testes para esta “nova” teoria, ou seja, uma *segunda rede de segurança* contra refutações equivocadas.

Existe ainda um terceiro Popper: o *falseacionista sofisticado*, que diverge do *falseacionista ingênuo* por perceber que uma evidência contrária, corroborada pela experiência, não é condição suficiente para se descartar uma teoria, se inexistente uma teoria melhor. Isto significa a criação de uma *terceira rede de segurança* contra rejeições de teorias promissoras. O *falseacionista sofisticado* somente aceitará uma teoria como científica se esta propiciar um excesso de conteúdo empírico em relação à sua predecessora (ou rival) e/ou se levar à descoberta de fatos novos, não-esperados (Lakatos, 1970, p. 141 ; Dow, 1997, p. 77). Portanto, é preciso verificar primeiro se a teoria prevê teoricamente um excesso de conteúdo empírico, e, num segundo passo, se este excesso é corroborado.⁴ Tal solução é proposta a fim de se ter um critério de demarcação contra meros expedientes *ad hoc* para “salvar” teorias. Se as novas teorias predizem um excesso de conteúdo empírico em relação à sua antecessora, então a *transferência de problemas* da primeira teoria para a posterior é considerada *teoricamente pro-*

² Para uma discussão sobre o problema do princípio da indução como critério de demarcação científica, ver Russel (1946, p. 209-210) e Caldwell (1991, p. 2-3).

³ Popper enfatiza a assimetria entre a confirmação e a refutação de uma teoria, pois uma só evidência contrária, desde que corroborada, seria suficiente para se descartar uma proposição teórica, ao passo que, devido ao seu anti-indutivismo radical, não há um número finito de observações que possa confirmar definitivamente uma proposição (Backhouse, 1994, p. 175 ; Dow, 1997, p. 75-76).

⁴ “A primeira cláusula pode ser conferida instantaneamente por uma análise lógica a priori; a segunda só pode ser conferida empiricamente e isso talvez leve um tempo indefinido.” (Lakatos, 1970, p. 142). Cf. também Hands (1993, p. 65).

gressiva ou “científica”; se isto não ocorrer, *degenerativa* ou “pseudocientífica”.⁵ A transferência de problemas é também *empiricamente progressiva*, “se parte desse conteúdo empírico excessivo for também corroborado” (Lakatos, 1970, p. 144).

Outro aspecto que distingue o *falseacionista sofisticado do ingênuo* é que o primeiro possibilita o questionamento dos critérios das próprias experiências, o que se torna uma *quarta rede de segurança* contra “refutações” apressadas. Isto torna o desenvolvimento científico um pouco mais lento, mas menos arriscado e dramático, e confere um caráter histórico ao “falseamento” de teorias (Lakatos, 1970, p. 156-161).

A crítica de Kuhn à “pureza” lógica no desenvolvimento da ciência

A despeito de quaisquer críticas que tenha recebido posteriormente, Kuhn (1962) causou um grande abalo na forma como era vista a história e a metodologia da ciência, em especial naquela de perspectiva popperiana e na defendida pelos empiristas lógicos.⁶ De uma perspectiva socio-psicológica amparada na história das ciências,⁷ ele procurou mostrar que as ciências evoluem “normalmente” em torno da resolução de “enigmas”, que os cientistas tentam lidar a partir de um conhecimento científico aceito (Kuhn, 1970a, p. 9; 1970b; Hausman, 1994, p. 197). Tal conhecimento e as técnicas e procedimentos de testes claros e compartilhados entre cientistas constituem um *paradigma científico*. Em um processo que Kuhn chama de *ciência normal*, os cientistas não questionam estes *paradigmas*, buscando tão-somente resolver questões dentro deles (Kuhn, 1970b; Hausman, 1994, p. 197; Baert, 1996).

Quando procura mostrar que as teorias científicas estão sempre envoltas em “anomalias”, problemas não resolvidos, Kuhn (1970b) se contrapõe a Popper. Para Kuhn, ao mesmo tempo em que os cientistas procuram resolver tais “anomalias” entre os “fatos” da natureza e as suas teorias, a resistência da natureza em conceder uma representação fidedigna de seu modo de funcionamento⁸ muitas vezes gera o efeito contrário ao esperado, ou seja, aumenta a série de fenômenos que não se ajustam ao *paradigma científico* em voga (Hausman, 1994, p. 197). Há quatro possibilidades de resolução: 1) a solução no interior do “velho” paradigma, com alguma nova descoberta que torne possível a resolução dessas anomalias (ou parte delas); 2) a manutenção destas anomalias dentro deste paradigma, mas sem uma solução para estas, ou seja, a convivência obrigatória entre este paradigma e algumas anomalias; 3) a neutralização desta anomalia, isto é, a resolução desta por meio de um paradigma independente e indiferente; e 4) a emergência de um novo paradigma.

Kuhn (1970b) enfatiza as conexões extra-científicas (sociologia da ciência, psicologia da ciência, etc.) que também determinam a evolução de qualquer ciência, retirando das “mudanças” nesta uma causalidade unicamente lógica (Hausman, 1994, p. 195-196; Dow, 1997, p. 77). Ademais, acusa os modelos prescritivos dos filósofos da ciência de equivocados, se reconstituída a própria história das ciências ou de alguns de seus eventos mais importantes.⁹

⁵ Tais qualificações só devem ser aplicadas a uma série de teorias, nunca a teorias isoladas.

⁶ Lakatos, 1970, p. 223; Caldwell, 1991, p. 10; e Hausman, 1994, p. 195-196, 200. Para o choque inicial, inclusive suscitando um colóquio científico, ver Kuhn, 1970a, c; Feyerabend, 1970; e Popper, 1970. Críticas e comentários adicionais ver Hands, 1993; Backhouse 1994; Hausman, 1994; Baert, 1996; Dow, 1997.

⁷ Backhouse, 1994, p. 183; Hausman, 1994, p. 195-196. Neste caso, ciências naturais, pois as ciências sociais seriam para ele proto-ciências, sem um paradigma definido. Ver, por exemplo, Kuhn (1970c, p. 302-303).

⁸ O qual é impossível, segundo Kuhn (1970c, p. 327). Ver também (Lakatos, 1970, p. 156-161, 226, nota 346), Hausman (1994, p. 197); Sofianou (1995, p. 375, 377) e, citando Rorty (1982, p. 165), Stettler (1995, p. 396). A respeito de critérios de verossimilhança, ver Lakatos, 1970, p. 139 e nota 91; e Hands, 1993, p. 64-65.

⁹ Esta crítica vai ser retomada de modo mais feroz, caótico e relativista por Feyerabend (1970, 1975). Ver também Baert (1996, p. 514) e o próprio Kuhn (1970c, p. 290). Para uma discussão recente sobre visões prescritivas e descritivas da ciência econômica, ver Dow (1997).

A síntese lakatosiana

A metodologia de Lakatos ou Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica (doravante MPPC) surge como uma tentativa de síntese entre Popper e Kuhn. Para Lakatos (1970), as várias ciências estão compreendidas em Programas de Pesquisa Científica (PPCs), os quais constituem-se, por sua vez, em uma série de teorias que evoluem com o tempo, cada uma tomando como base a anterior (Caldwell, 1991, p. 10).

A *heurística negativa* de Lakatos indica o núcleo do PPC, o qual é irrefutável por decisão metodológica dos cientistas responsáveis por este PPC, ou seja, aponta as suposições fundamentais, muitas vezes de caráter “metafísico”, que não devem e não podem ser refutadas pelos seus seguidores. Já a *heurística positiva* constitui um conjunto parcialmente articulado de propostas para o desenvolvimento do PPC e de suas “variantes refutáveis”. Essas propostas consistem de sugestões para mudanças e para a sofisticação do *cinto protetor* (o conjunto de hipóteses auxiliares e refutáveis, derivadas do núcleo do PPC), assim como para experimentos refutáveis, vislumbrados a partir do próprio núcleo ou do *cinto protetor*.

Um determinado PPC é *progressivo* se as novas teorias que nele são propostas permitem uma transferência de problemas entre as teorias anteriores e as novas, que propiciam a predição e, se possível, a “confirmação empírica” de um maior número de eventos em comparação com as suas antecessoras; do contrário, mostra-se *degenerativo*. Disso resulta (o que para alguns é um dos principais problemas da metodologia lakatosiana) que não há nenhum critério instantâneo para a avaliação de PPCs, pois um dado PPC pode ser inicialmente progressivo, passar por uma fase degenerativa, e voltar a ser progressivo, enquanto outros assumem um caráter perenemente degenerativo.

Isso explica a racionalidade de ater-se a um PPC mesmo frente a “refutações”, pois estas podem não ser definitivas ou podem ser futuramente resolvidas com êxito no próprio PPC. Ele somente é abandonado¹⁰ se surgir um PPC rival que explique os seus êxitos anteriores e/ou o suplante devido ao seu *poder explanatório* (sua capacidade de antecipar e explicar, ainda que parcialmente, “fatos novos”) superior. Esta é a diferença crucial entre a metodologia de pesquisa de Lakatos, por um lado, e as de Popper e de Kuhn, por outro – nas quais, a superação é relativamente mais rápida.

Popper, Kuhn, Lakatos e os economistas

Notamos que a ascendência de Popper sobre os metodólogos econômicos é múltipla: alguns, com base em sua metodologia, buscam testar mais rigorosamente suas teorias; outros rejeitam o uso constante de estratégias *ad hoc* para salvar teorias problemáticas; e outros ainda negam a pretensão das teorias ou do saber econômico estabelecidos serem emanações de qualquer verdade definitiva. Essa influência inicia-se com Hutchison (1938), o primeiro a introduzir o critério de *falseabilidade* na discussão econômica, e chega até Blaug (1980).

Apesar disso, costuma-se apontar várias críticas ao positivismo *popperiano*, quanto a sua capacidade de servir como critério de demarcação entre teorias na economia. Primeiro, pela dificuldade de realizar testes e de se ater aos fatos em economia, talvez até mais do que nas ciências naturais (McCloskey, 1983:487; Hands, 1993, p. 63-64; Dow 1997, p. 76). Segundo, porque o falseacionismo foi quase exclusivamente utilizado pelo *mainstream*, ainda que se requeresse dos heterodoxos a prova de que suas teorias podem passar incólumes por experiências potencialmente falseadoras¹¹. Terceiro, com base na lógica situacional do próprio Popper (método específico deste para as ciências sociais), Caldwell rejeita o falseacionismo para a

¹⁰ “A propósito, na metodologia dos programas de pesquisa, o significado pragmático de ‘rejeição’ torna-se cristalinamente claro: significa a *decisão de parar de trabalhar nele*.” (Lakatos, 1970, p. 193, nota 245). Um exemplo de embate lento entre duas concepções conflitantes de ciência é dado *inter alia* na geologia, cf. Gould (1993). Outros exemplos são dados em Lakatos (1970, p. 215).

¹¹ Muitos heterodoxos rejeitam os critérios de Popper, com a mesma facilidade com que os ortodoxos repelem as teorias econômicas heterodoxas. Portanto, essa “adoção” do falseacionismo na economia resultou numa diminuição ainda maior do diálogo entre as várias correntes.

economia, ao mesmo tempo em que o mantém como viável para as ciências naturais, num verdadeiro *tertium quid*. Vale-se disso para postular a possibilidade do *mainstream* adotar o princípio da racionalidade substantiva como axioma básico das ciências econômicas, ou seja, como princípio metodológico inviolável, não-refutável, assim como Popper o faz para as ciências sociais.¹² Quarto, a não-consideração do contexto em que as teorias são propostas reduz em muito a utilidade de Popper para a economia. E, por fim, uma crítica à possibilidade de se chegar a princípios filosóficos gerais acerca de como se dá o processo de conhecimento científico. Isso leva à proposição de que convenções sobre o que é o conhecimento científico são provenientes unicamente da retórica, tornando sem sentido qualquer posição e discussão metodológica, a não ser aquela que afirma não possuir nenhuma regra metodológica (Backhouse, 1994, p. 176-179; Caldwell, 1991, p. 7, 11-12).¹³

A apropriação da metodologia de Lakatos (e por meio dela, da filosofia da ciência de Kuhn) pelos economistas pode ser avaliada pela situação da metodologia econômica pré-lakatosiana. Hutchison (1938), de um ponto de vista popperiano, procurou estabelecer o *status* lógico das proposições das teorias econômicas, com especial atenção para critérios de discernimento das que seriam falseáveis. Por outro lado, com base no empirismo lógico (que nos anos 50 predominava em relação ao positivismo lógico) Machlup (1955) argumentava que o importante era testar-se uma teoria em seu conjunto, e não os seus componentes individuais, postulando que, se os resultados fossem positivos, os componentes de uma teoria teriam sido indiretamente testados. Neste ponto, Machlup muito se aproximava de Friedman (1953), apesar deste ter radicalizado o poder preditivo como o único requisito de uma teoria, não importando sua lógica interna ou a dos seus componentes.¹⁴

Em geral, os metodólogos econômicos rejeitam Kuhn pelo excessivo relativismo de suas teorias sobre o desenvolvimento científico, bem como pela *exagerada* influência que ele atribui a fatores extra-lógicos para a evolução das várias ciências (Dow, 1997, p. 77).¹⁵ Apesar disso, houve uma mudança essencial em relação à visão que os metodólogos em economia tinham antes dos trabalhos de Kuhn e de Lakatos. Buscando fundamentação na história das ciências, o papel da metodologia não mais seria única, ou principalmente, prescritivo, como no período anterior, mas também descritivo, de forma a obrigar os economistas a cotejarem afirmações acerca da história da ciência com a história de sua própria ciência (Backhouse, 1994, p. 183).

Apenas em meados dos anos 70, após conferência realizada na Grécia, Lakatos passou a ter mais destaque entre os economistas, principiando então o período moderno na metodologia econômica, pois desde 1953 esta vinha sendo dominada pelo famoso ensaio metodológico de Friedman. Durante a década seguinte a tal conferência, a MPPC dominou as discussões metodológicas em economia, auxiliada pela posição falseacionista/lakatosiana de Blaug (Caldwell, 1991, p. 11; Backhouse, 1994, p. 173).

¹² Para nós, o *tertium quid* de Caldwell a favor da lógica situacional, buscando salvar a metodologia do *mainstream* em um arcabouço popperiano, é um esforço improfícuo. O melhor teria sido abandonar o referencial popperiano a favor de um referencial lakatosiano, com o que ele poderia até mesmo continuar empregando a análise situacional de Popper e os pressupostos de racionalidade substantiva, sem maiores contradições. Ver Dow (1997, p. 77,80) sobre mudanças posteriores no pensamento de Caldwell; e Simon (1976), com relação a critérios de racionalidade.

¹³ Essa é a posição da Abordagem Retórica (McCloskey, 1983,1985; Backhouse, 1994, p. 179, com base em Rorty). Para uma crítica, ver Sofianou, 1995; Stettler, 1995; Dow, 1997, p. 78. Como afirma Backhouse (*loc. cit.*): "A tensão entre metodologia positiva e normativa que encontramos em Lakatos foi resolvida pelo completo abandono de quaisquer objetivos normativos." Dow (1997:78) enfatiza a semelhança prescritiva entre McCloskey (e os pós-modernistas) e a metodologia de Friedman.

¹⁴ Backhouse, 1994, p. 181-183. Esta posição metodológica de Friedman é alcunhada de "instrumentalismo" (Dow, 1997, p. 75,78). Mais recentemente, posição semelhante foi defendida pelos novoclássicos. Ver Lucas, Sargent (1981).

¹⁵ Como apontamos, Kuhn destaca o papel da sociologia e da psicologia, e não exclusivamente o da racionalidade, no desenvolvimento das ciências.

A atração de Lakatos para vários economistas explica-se por um conjunto de fatores. Primeiro, o fato dele preceituar ao mesmo tempo um papel descritivo e prescritivo ao metodólogo, e um grande empenho em descrever os PPCs em economia, e não mais generalizações apressadas, como antes. Segundo, a vantagem de poder servir como referência metodológica geral para a reconstrução da história da ciência econômica. Terceiro, a existência de 'núcleos' não-falseáveis, metafísicos, claramente úteis para uma ciência cujas várias correntes parecem estar totalmente imunes ao falseamento. Quarto, a preferência pela corroboração, ao invés do falseamento. Quinto, a importância dada ao progresso teórico em longos períodos (Hands, 1993, p. 68-69; Backhouse, 1994, p. 180-186; Dow, 1997, p. 76).

Mas vários autores logo puseram em suspeição a adequação da MPPC para a economia. Entre as críticas em geral expostas, destacamos que: 1) o 'núcleo' de sua MPPC é por demais rígido, afinal os próprios núcleos nos PPCs econômicos variam com o tempo (Backhouse, 1994, p. 176); 2) em economia há uma sobreposição entre PPCs, com vários deles usando métodos semelhantes e/ou tratando dos mesmos problemas e dos mesmos "fatos" (Backhouse, 1994, p. 176-177; Dow, 1997, p. 76);¹⁶ 3) é difícil delimitar o que constituem os 'núcleos' dos vários PPCs em economia, pois praticamente inexiste um conjunto de suposições comuns a todos (Hausman, 1994, p. 203-204);¹⁷ e 4) a busca de adequação, pelo metodólogo econômico, entre a MPPC e a história da economia, é bastante problemática, pois não haveria eventos consensualmente importantes no que se refere à história da economia (Backhouse, 1994, p. 184).¹⁸

Os economistas tendem a compartilhar das concepções metodológicas de Lakatos nos pontos em que este mais se afasta de Popper, pois elas são mais "suaves" do que as de Popper e justificam a forma de atuação dos economistas. Ademais, Lakatos parece mais razoável que Friedman quanto ao realismo das hipóteses¹⁹, e mais adequado ao fato da ciência econômica sempre ter sido uma ciência empírica, guiada pelos "fatos". Como um dos critérios mais importantes para a avaliação de teorias é a predição de eventos novos e inesperados (não previstos pelas premissas iniciais), a metodologia lakatosiana torna-se adequada à economia, uma ciência que, por vezes, não possui fundamentos claros para suas teorias e pesquisas empíricas — e na qual a predição de fatos novos pode ter extrema importância, tanto para as políticas econômicas quanto para ganhos privados (Backhouse, 1994, p. 187; Dow, 1997, p. 77).²⁰

A evolução da metodologia científica apresentada até aqui procurou demonstrar os problemas inerentes ao desenvolvimento de uma metodologia prescritiva da ciência, que vai do ataque de Popper ao positivismo lógico ao surgimento do trabalho de Kuhn. Os principais avanços de Kuhn são a introdução das "anomalias" como aspecto inerente à atividade científica ou ciência normal (portanto ineliminável pelo método popperiano) e, em decorrência disso, a *descrição* do progresso científico como um processo institucional, determinado pelos fatores sociais e psicológicos que dão forma aos *paradigmas científicos*. Como um método que incorpora aspectos das duas posições metodológicas anteriores, a solução de Lakatos é, ao nosso

¹⁶ Estas duas críticas parecem-nos infundadas: a primeira porque a essência do 'núcleo' de um PPC poderia mudar com o tempo, sem que isto inviabilizasse a MPPC; e a segunda porque Lakatos (1970, p. 148), como vimos, explicitamente reconhece a possibilidade de disputa entre dois PPCs, especialmente em épocas de grande proliferação destes.

¹⁷ Esta afirmação também não nos parece adequada. Podem-se encontrar suposições básicas para cada escola de pesquisa bem delimitada em economia, ainda que sejam poucas. Mas o fato de serem poucas não significa que não possam ter impactos cruciais sobre o restante da prática de cada escola.

¹⁸ Esta crítica, no entanto, não parece ser muito pertinente, pois um tal consenso com relação a estes eventos também não existe em outras ciências, ou existe em economia tanto quanto nelas.

¹⁹ Isso indica que as razões para a opção de muitos economistas por Lakatos, mormente aqueles do *mainstream*, se devem antes a uma tentativa de justificar suas atividades e/ou as de sua corrente de pensamento, do que à consideração das qualidades científicas intrínsecas à MPPC.

²⁰ Para qualificar esta preferência por Lakatos por parte de muitos economistas, deve-se ter em mente ainda, que a metodologia lakatosiana, salvo raras exceções, vem sendo usada de forma bastante inadequada por estes, em suas definições de quais seriam os 'núcleos', a 'heurística positiva ou negativa' e principalmente os 'fatos novos' (Hands, 1993, p. 68-69; Dow, 1997, p. 77).

ver, um passo além na direção de abandonar a *prescrição* de regras supostamente aceitas para demarcar o que é ciência, em favor da *descrição* de como a ciência avança *de facto*. O passo final (e mais radical) nessa direção é representado pelo pós-modernismo que rejeita o método científico e vindica um maior grau de liberdade no exercício da ciência. Se o conhecimento é contingente²¹ e os fatos são dependentes da teoria²², segue-se que o progresso da ciência, se existe, ocorre pela disputa contínua entre teorias, uma vez que tal disputa alarga o conteúdo empírico da ciência. Outra saída seria a avaliação de teorias com o objetivo de promover o debate entre programas de pesquisa alternativos, como proposto pelo "pluralismo metodológico" de Caldwell (1982). De qualquer forma, abandona-se o ideal "moderno" de alcançar um método único e definitivo²³.

A influência das principais correntes da filosofia da ciência em economia sempre ocorreu com alguma defasagem, mas pôde ser encontrada tanto no instrumentalismo de Friedman (de inspiração popperiana), quanto na reconstituição histórica da metodologia econômica por Blaug ou no já referido pluralismo de Caldwell (de inspiração lakatosiana). Na seção seguinte discutimos criticamente as principais características da "abordagem da retórica na economia" (de inspiração pós-modernista) para, em seção posterior, introduzir uma abordagem alternativa, não-niilista e não-irracionalista, o Realismo Crítico.

3 O niilismo pós-modernista e a abordagem da retórica

A frustração com a possibilidade de definir um critério universal para a determinação do conhecimento cientificamente aceito na economia tem levado a uma fragmentação crescente das abordagens metodológicas. Essa fragmentação tem duas direções principais: de uma parte, a postura de abandonar as questões metodológicas (Hahn, Weintraub, experimentalistas e empiristas); e de outra parte, a busca de um maior pluralismo (Caldwell, Dow e, em outra vertente, McCloskey).

Preocupados com a construção e o uso de modelos econométricos, os experimentalistas e empiristas estão desenvolvendo modelos que são construídos para serem explicitamente atóxicos²⁴. A exceção mais louvável é a metodologia de Hendry, que busca reduzir a distância entre teoria e prática econométrica. Contudo, estas tentativas, segundo Dow, têm pouca chance de impulsionar alguma revisão nas práticas teóricas do *mainstream* porque comungam o mesmo axioma: o comportamento racional determinístico (atomista) dos agentes pode ser formalizado de modo a gerar soluções de equilíbrio (Dow, 1997, p. 83-84)²⁵.

De fato, Dow (1997, p. 81-82) identifica certas vertentes teóricas do *mainstream* ao *convencionalismo*, isto é, à postura de desenvolver teoria a partir de categorias puramente lógicas, sem preocupar-se com os testes empíricos, pois supõe-se que nenhum acréscimo de dados empíricos é capaz de decidir se uma teoria é boa ou não. Essa tendência tem afastado os dedutivistas dos empiristas e induzido a uma maior sofisticação matemática nas construções teóricas. Quando aplicados, os testes empíricos têm seu lugar no ponto de chegada (verificação/falseamento) teórico, mas não participam de sua construção. Numa crítica destas práticas, já em 1938 Hutchison acusava a teoria econômica ter se tornado pouco mais que um jogo intelectual. Da mesma forma, Fisher (na organização industrial) e Summers (na macroeconomia) afirmam que as técnicas mais sofisticadas de modelagem (e.g. teoria dos jogos) não contribuíram para avançar além das conclusões que a teoria convencional já tinha estabelecido (citados em Backhouse, 1994, p. 13,15).

²¹ Ver os artigos de Richard Rorty publicados na *London Review of Books* entre abril e julho de 1986.

²² Ver Fontenele (1995, cap. 2) que discute esse argumento de Feyerabend.

²³ Deve-se notar que há uma diferença fundamental entre Caldwell e os pós-modernistas, pois o primeiro admite a possibilidade de uma avaliação *racional* de teorias concorrentes, a qual é negada pelos últimos.

²⁴ Dow (1997, p. 82) cita como exemplo o que Johnston (1991) chama de "Agnosticismo de Minnesota".

²⁵ Este axioma não é revogado nem mesmo nos desenvolvimentos teóricos da racionalidade sob incerteza, pelo *mainstream*. Para Dow, a teorização só pode avançar se adotar uma perspectiva organicista. Sobre as limitações do organicismo pós-keynesiano, ver Duayer (1995).

Por outro lado, a busca de maior pluralismo supõe que a prescrição metodológica e a avaliação de teorias deve emergir do entendimento da prática teórica, contrapondo e avaliando criticamente os vários conteúdos metodológicos, e, a partir disto, demonstrar que não há um método único e que o debate e a crítica entre as várias posições podem ser frutíferas (Caldwell, 1982, p. 245-247). Em linhas gerais, estas recomendações são as mesmas de Dow (1990, p. 154-155). A diferença entre as duas posições radica em que o pluralismo crítico de Caldwell é limitado, pois se circunscreve ao *mainstream*, corrente na qual todos partilham a mesma visão da natureza e do conhecimento. Nesse sentido, o pluralismo perde seu significado; um pluralismo *de facto* requer a inclusão no debate de práticas metodológicas de economistas fora do *mainstream* (Dow, 1997, p. 80).

A corrente da “retórica na economia” também advoga o pluralismo, mas em bases epistemológicas totalmente diversas. No campo estritamente econômico, a origem da abordagem retórica (AR) é marcada pelo artigo de McCloskey (1983), cujo objetivo era mostrar como as crenças metodológicas dos economistas são abandonadas quando avaliam teorias. Em seu trabalho, McCloskey mostrou que “*o que persuadia os economistas não eram testes empíricos ou predição bem-sucedida, mas coisas que a metodologia explícita não leva em consideração: virtuosidade matemática, argumentos por analogia, simetria e coisas semelhantes*” (Backhouse, 1994, p. 10-11). Para McCloskey e Klammer (e outros adeptos dessa abordagem) é necessário dissecar o discurso dos economistas²⁶. As afirmações de ambos constituem uma crítica extrema ao método científico em economia, originada pela ausência de testes empíricos definitivos. Este, por enfatizar aspectos não racionais na discussão econômica; aquele, por demonstrar que os economistas agem como devotos nominais: declaram a fé, mas não são praticantes.

Assim, a metodologia não passa de (mais) um instrumento retórico utilizado pelos economistas, freqüentemente com propósitos demarcatórios: discriminar os adeptos e encerrar a discussão com os descontentes (McCloskey, 1985, p. 68). Ademais, a discussão metodológica é associada por este autor, a uma concepção de ciência retrógrada e autoritária: é uma camisa de força para o desenvolvimento da teoria (1983, p. 483) e impede a discussão intelectual democrática. Os aspectos autoritários decorrem da suposição de existência de uma verdade unitária, controlada por um perito, que é o guardião do “bem comum” (1985, p. 63).

Apesar de denunciar a prática retórica no discurso supostamente científico, McCloskey não prescreve uma postura metodológica alternativa. Tudo o que se tem a fazer é admitir a presença da retórica e assumir uma postura ética no discurso (a *Sprachethik*, de Habermas²⁷), de modo a conviver com vários pontos de vista. A AR permite explicitar o conteúdo das afirmações dos economistas e capacitar os estudantes de economia a desenvolverem habilidades retóricas (McCloskey, 1994, p. 320-321). Isso porque a AR nega a possibilidade de conhecimento da verdade, como entendida pelos “filósofos tradicionais” da ciência. Segundo McCloskey (1994, 1995), as verdades possíveis são aqueles obtidas pela conversação, ou mais exatamente, pela coerência obtida no debate disciplinado pela ética do respeito mútuo.

Segundo alguns intérpretes, a rejeição do método científico aproxima McCloskey de um movimento intelectual mais amplo: o pós-modernismo, que surge da crítica ao pensamento modernista. Herdeiro das esperanças libertárias promovidas pela Razão Iluminista, este pensamento teria fracassado “*em forjar a partir de si mesmo, os critérios necessários para sua autocertificação*

²⁶ Como vemos na seguinte citação “*Os economistas não apenas constroem modelos e fazem testes empíricos. Eles também discutem como deve ser um bom modelo. Além do mais eles filosofam, apelam ao bom-senso [common sense, no original] e falam sobre outros economistas e seu trabalho. A economia envolve a arte da persuasão. Na ausência de padrões uniformes e testes empíricos claros, os economistas são forçados a confiar no seu julgamento, e argumentam de modo a tornar seu argumento persuasivo. Este processo deixa um espaço para elementos não racionais, tais como estilo e envolvimento pessoais e disciplina social.*” (Klammer, 1983:245-246). Mais elucidativa ainda é a nota de rodapé associada a essa passagem, na qual afirma-se que seu trabalho “*...critica os pontos de vista filosóficos tradicionais da ciência... e [s]em negar que haja alguma forma de racionalidade na discussão econômica, atribui um papel significativo a elementos não racionais*”.

²⁷ Essa associação é de McCloskey. Não estamos seguros da exatidão com a qual McCloskey apropria este conceito do filósofo alemão.

e para a ordenação e congraçamento do moderno sistema de vida em suas várias esferas". Portanto, todas as leituras críticas, de Nietzsche à Escola de Frankfurt desembocam no desconstrutivismo (dos princípios ordenadores do modernismo) de Derrida. "*Caberia ... desmascará-lo como esperança espúria, como autoritarismo mascarado pelas promessas (não cumpridas) de libertação e auto-realização. Neste sentido todas as concepções são pós-modernas, no sentido de críticas da modernidade*" (Paulani, 1996, p. 99-103)²⁸.

Para Dow, o irracionalismo pós-modernista em economia nega a possibilidade de metodologia prescritiva, a correspondência entre teoria e verdade, as leis e teorias gerais e, por implicação, as bases para o humanismo e a intervenção governamental (1997, p. 79). Mesmo concedendo que a AR distingue-se do pós-modernismo, Dow afirma que eles são, em muitos aspectos, compatíveis.²⁹

No entanto, Backhouse (1994, p. 10) os junta sob a denominação comum de "construtivismo". Segundo ele, a proposição básica do construtivismo é que "*a única realidade independente está além do alcance do nosso conhecimento e linguagem. O mundo conhecido é parcialmente construído pela imposição de conceitos. Como os conceitos diferem de grupo para grupo, o mundo de cada um destes grupos difere. Cada mundo existe apenas relativo à imposição de conceitos*" (Devitt, 1991, p. 235, citado em Backhouse, 1994, p. 6).

Claro está que nem McCloskey, nem Klammer e nem a maioria de seus comentadores brasileiros (na coletânea de Rego, 1996) associam o rótulo irracionalista a esta abordagem. Um exemplo claro do próprio McCloskey é dado na seguinte citação: "*Retórica não é o que resta depois que a lógica e a evidência fizeram o seu trabalho. É toda a arte do argumento, do silogismo à zombaria. Incluiria, desta forma, tanto a lógica e os fatos quanto a metáfora e a ilustração*" (McCloskey, 1994a, p. 16-17).

Entre os comentadores brasileiros da AR, Fernández (1996) argumenta que a noção de verdade em McCloskey é mais ampla, porque é definida não por um critério absoluto (Verdade), mas pelas noções de plausibilidade e coerência. Na mesma linha Rego (1996, p. 138), relaciona o pensamento mccloskiano não ao pós-modernismo, mas ao pragmatismo de John Dewey e Richard Rorty, e estabelece a relação deste com a Escola de Frankfurt. Aldrighi e Salviano Jr. (1996, p. 85) relacionam o pensamento de McCloskey ao que chamam de "instrumentalismo"³⁰ – portanto, nenhum deles aceita que a abordagem de McCloskey seja filiada ao irracionalismo.

Dada a impossibilidade (ou rejeição) de um critério único de verdade, a AR não discute a avaliação de teorias alternativas. Neste ponto McCloskey inspira-se em Rorty (1979) que, por um lado, nega que haja conexões diretas entre teoria e realidade e, por outro, advoga uma abordagem hermenêutica para a ciência. A pesquisa retórica "*ênfatiza, dessa forma, a compreensão tolerante de uma série de abordagens diferentes, sem a capacidade de formar julgamentos de valor sobre qual está mais próxima da verdade*" (Dow, 1997, p. 78).

Advogada pela AR, a ênfase na análise textual têm levado a desenvolvimentos interdisciplinares, envolvendo a hermenêutica e a lingüística aplicada (e.g., os artigos de Brown, 1994 e Henderson, 1994). Uma das afirmações mais fortes a rejeitar o método e advogar a análise textual é feita, de fato, por um crítico literário: "[A] *teoria não pode guiar a prática porque suas regras e procedimentos não são mais que generalizações da história da prática (e são apenas uma pequena parte dessa história) e a teoria não pode reformar a prática porque, mais do que neutralizar interesses, ela começa e termina em interesse e ergue os imperativos de interesse – de algum projeto local, particular ou inconformado – ao status de universais.*" (Fish, 1985, p. 438-439, *apud* Backhouse, 1994, p. 6).

²⁸ Note-se de passagem, que coube a Derrida o mérito de nivelar os discursos científico e literário, ao dissolver a lógica na retórica (Paulani, 1996, p. 104).

²⁹ Afirmações no mesmo sentido provêm de Blaug (1994, p. 130) e Paulani (1996, p. 107).

³⁰ Ou seja, quando questionado sobre a escolha de teorias, McCloskey afirma que boa teoria é a que tem maior capacidade de persuasão (McCloskey, 1985/1996, p. 70 ; Aldrighi, Salviano Jr, 1996, p. 85).

Avaliação da abordagem da retórica

Percebe-se que as críticas mais comuns ao trabalho de McCloskey referem-se à noção de verdade. Se a verdade absoluta é impossível, o campo parece estar aberto para que qualquer tentativa de convencimento tenha sucesso, mesmo que recorrendo a métodos anti-éticos. Como vimos, os adeptos dessa abordagem negam que são totalmente relativistas e afirmam que as noções de coerência, respeito mútuo e condutas éticas “espontâneas” podem conter tais excessos. Em todo o caso, a imposição de regras metodológicas é rejeitada (McCloskey, 1995). Na mesma linha, Fernández (1996, p. 152) argumenta: “*acho que parece evidente para qualquer um que não é bom que alguém seja o dono inquestionável da verdade*”

Parece-nos que a existência ou não de um “dono da verdade” independe de sua suposição, uma vez que, existem interesses envolvidos no debate; e os oponentes podem ser filiados a comunidades acadêmicas divergentes, o que potencialmente elimina a “elegância” do debate (Aldrich, Salviano Jr., 1996). E existem relações de poder, acrescentamos nós. É no mínimo ingênuo supor, como faz McCloskey, que o “mercado intelectual” possa funcionar metaforicamente sob condições de *laissez-faire*, como se não houvesse nenhum intelectual com vantagens oligopolistas!

Para Fernández (1996, p. 156) uma das críticas mais relevantes à AR foi feita por Mirowski. Diferentemente da abordagem literária, o trabalho científico não tem por fim apenas valores estéticos; antes, procura avançar no entendimento de alguma questão. Isto é, a conduta retórica corre o risco de ser um fim em si, uma espécie de torneio retórico.

Destacamos que a noção de verdade dessa abordagem é excessivamente inclusiva. Uma posição poderia ser admitida como plausível, desde que defendida de modo virtuoso em termos retóricos (e supondo-se *a priori* que isso não envolve conduta anti-ética), mesmo incorrendo em erros que poderiam, por critérios metodológicos mais objetivos, ser evitados.

Contudo, a AR tem o seu próprio árbitro do pensamento aceito, o qual nos é fornecido pela crítica de Mäki (1995, p. 1308-1311), que cita McCloskey: “*nós acreditamos e agimos de acordo com aquilo que nos persuade, não com o que persuade uma maioria de júri mal-escolhido; antes, com o que persuade os participantes bem educados das conversas em nossa civilização e nosso campo*”. Isso faz Mäki afirmar que as regras de retórica de McCloskey têm dois critérios normativos: um moral (a *Sprachethik*) e outro social (os “iluminados”). E, neste último aspecto, o argumento retórico é profundamente conservador, de acordo com Lopes (1996:328). Em seu artigo, esse autor argumenta que, paradoxalmente, McCloskey utilizou uma linguagem anti-positivista para defender uma corrente positivista: o *mainstream*.

Dow (1997, p. 80) classifica o trabalho de McCloskey como “pluralismo a-crítico (purista)” e associa a ele uma postura conservadora, em linha com as tendências de comportamento social rotuladas de “politicamente correto”, “*uma imposição intolerante da tolerância*” (Dow, 1997, p. 86). Mais grave, na argumentação dessa autora, é que esta abordagem aceita os termos do debate dos metodólogos tradicionais, pois fica num dos pólos do debate a respeito da noção de verdade: a impossibilidade de verdade absoluta.

Estas considerações não devem, no entanto, negar a importância da abordagem retórica. Seu mérito é, *inter alia*, ressaltar a noção de que a realidade tem um forte componente subjetivo, ou em terminologia Realista Crítica uma dimensão transitiva. Ela alinha-se às concepções de atividade científica como um processo social. Além disso, abre a possibilidade para uma discussão pluralista, na qual o conhecimento seja apenas contingente.

Parece então que a abordagem retórica, anti-positivista em potencial, deve assumir todo o seu conteúdo crítico, tornando-se um instrumento metodológico, mais do que sua negação (Lopes, 1996, p. 324). Mas para isso ela precisa ir além do dualismo.

4 O Realismo Crítico

Como todo posicionamento herético, a visão de mundo e de ciência contida no Realismo Crítico (doravante RC) nasceu da insatisfação tanto com a visão atualmente dominante na filosofia da ciência (o positivismo) quanto com as filosofias pós-modernistas que se contrapõem a esta. Como mostraremos, embora aceite algumas concepções de ambas, o RC visa retirar a exclusividade dos aspectos epistemológicos e de evolução e mudança da ciência, que vêm norteando as

discussões sobre filosofia da ciência e método científico. Para isso, chama a atenção à importância de questões relacionadas aos aspectos ontológicos dos objetos passíveis de investigação pela ciência —salientando que a forma possível desta será determinada pela “natureza do objeto” em investigação, isto é, que qualquer prescrição epistemológica deve pressupor uma discussão ontológica do objeto (Bhaskar, 1986, p. 6)³¹. Daí, busca repensar os conceitos e fugir de antinomias como ação *versus* estrutura, interpretação *versus* crítica, etc., que perpassam o discurso metodológico tradicional. Precisamos ressaltar, nesse sentido, que o RC não se contrapõe a como a ciência é de fato realizada, mas sim à filosofia da ciência e ao método que teoricamente a sustenta.

O RC concebe-se como um discurso filosófico eminentemente acadêmico. O filósofo britânico Ron Harré (1970) aparece como figura central para a emergência do Realismo Transcendental (Isaac, 1992, p. 13), ao apontar as deficiências da concepção empirista para as ciências naturais, bem como de suas insuficiências para a prática e avaliação das ciências humanas. Entretanto, é em Roy Bhaskar — que se iniciou na filosofia sob os auspícios de Harré — que encontramos o principal proponente e articulador do RC. Bhaskar incorpora na elaboração de sua filosofia elementos kantianos, hegelianos e marxistas (Bhaskar, 1984, p. 82). Será nos escritos desse autor que concentraremos a seguir as nossas atenções.

A estratificação e a diferenciação da realidade

A filosofia “da ciência e para a ciência” contida no RC defende que o cientista deve buscar “campos de conhecimento” ou “níveis de realidade” que estão além daqueles possíveis pelas experiências/observações empíricas. Assim, posiciona-se a favor de que o conhecimento científico extraído a partir da análise dos fenômenos, eventos ou estados de coisas é insuficiente para a compreensão destes. Há uma realidade que não é transparente aos homens, mas que precisa ser conhecida para que estes alcancem uma melhor compreensão do mundo. Isso deriva-se do princípio de que existe no mundo estruturas não-empíricas subjacentes aos fenômenos e que tais estruturas delimitam e possibilitam os estados de coisas e eventos verificados em nível empírico (Bhaskar, 1975a, p. 47 ; 1989, p. 5). Existe uma estratificação e diferenciação do mundo e, portanto, dos fenômenos que nele ocorrem (Bhaskar, 1975a, p. 55). O mundo real (determinado pela estruturas nele subjacentes) pode estar até mesmo em conflito com o mundo aparente, pois existem nestas estruturas forças que se mantêm latentes, não se explicitando em nível empírico e, dessa forma, não sendo redutíveis ao curso dos eventos e à configuração dos estados de coisas. Conforme Bhaskar (1975a ; 1989), são dessas premissas estabelecidas por argumentos filosóficos que devemos construir o conhecimento científico.

A prática científica precisa estar ciente dessa estratificação do mundo. Qualquer discurso sobre método que não teça *a priori* considerações sobre as especificidades do objeto em investigação — a partir dessa noção de estratificação do mundo e, consequentemente, da realidade — pode, em maior ou menor grau, ser considerado arbitrário (Bhaskar, 1989, p. 13).

Nesses termos, o RC propõe uma “ontologia profunda” para o desenvolvimento da filosofia da ciência e do método. Entende que o nível de percepção fundador da filosofia e do método da ciência filiada ao empirismo é apenas o primeiro dos possíveis estratos da realidade que podem e devem ser investigados no processo de formulação do conhecimento e que, assim, a práxis positivista restringe-se apenas ao tratamento da dimensão na qual o fenômeno manifesta-se no mundo, o que quase sempre não permite a efetiva compreensão deste (Bhaskar, 1975b, p. 47). O positivismo prescreve o que Collier (1994, p. 11) denomina de “realismo raso”, isto é, um realismo que apesar de pressupor a existência de uma realidade objetiva passível de conhecimento, nega a existência de estruturas e poderes não-empíricos subjacentes aos fenômenos observáveis.

³¹ Em um nível mais amplo, o RC procura mostrar a importância da filosofia para a construção da ciência, aquela fornecendo as premissas, “as condições de possibilidade”, desta. Para tanto, limita a filosofia dentro de contextos históricos e sociais transitórios. Todavia, apesar da sua relevância, não trataremos desse aspecto no presente texto (Ver Collier, 1994 ; Bhaskar, 1989, cap. 1). Para uma crítica, ver Benton (1981).

A partir dessas idéias, o RC defende a existência de diferentes níveis de interação entre o pesquisador e a realidade. Conforme o grau de profundidade nessa interação, o pesquisador passa da posição de mero observador para a de investigador, atingindo outras camadas da realidade que não são acessíveis a partir da simples contemplação ou “percepção-experimental/sensorial” do fenômeno. Não basta ao pesquisador notar correlação entre os eventos observáveis para dizer que está praticando ciência, pois a tarefa desta é descobrir as camadas mais profundas da realidade, nas quais “esconde-se” os determinantes causais últimos destes eventos.

Em termos epistêmicos, a essência da prática científica estaria em mover-se dos fenômenos que se manifestam ao nível empírico para as estruturas a eles subjacentes e que os geram (Bhaskar, 1989, p. 19), isto é, em *transcender os fatos* e as aparências dos eventos ou dos estados de coisas. A ciência deve atentar essencialmente as formas reais dos objetos em investigação. E uma vez reconhecidas as estruturas das quais derivam e nas quais inserem-se hierarquicamente estes objetos, considerar quais desdobramentos eles tendem a ter, ou seja, suas potencialidades inerentes (Bhaskar, 1975a, p. 51). A investigação que se pretende transcendental, busca conhecer e, em seguida, teorizar as condições que possibilitam a emergência de um dado evento ou estado de coisas (Bhaskar, 1986, p. 11). Para tanto, o cientista não aplica nem os princípios da indução nem os da dedução, mas argumentos de retrodução ou abdução,³² isto é, argumentos que buscam se mover da observação dos eventos/estados de coisas, passam pela analogia dessa observação com o conhecimento já existente de eventos/estados de coisas afins, para a construção de uma teoria que descreva, explique e conceitue os mecanismos intrínsecos que tornam possível, em simultâneo condicionam, estes mesmos eventos/estados de coisas, em um nível mais profundo da realidade (Bhaskar, 1986, p. 11).

Isso pode ser melhor compreendido com a apresentação dos conceitos de *dimensão transitiva* e *dimensão intransitiva*. Como propõe Bhaskar (1975a, p. 32 ; 1989, p. 9-12), a partir de premissas filosóficas,³³ podemos dividir a realidade do mundo acessível ao conhecimento humano e, conseqüentemente, à prática científica em duas “dimensões”: na primeira, denominada de *dimensão intransitiva*, os objetos passíveis de investigação são mais duradouros e não se alteram com o desenrolar do processo científico, existindo e atuando independentemente do conhecimento que se tem sobre eles. Na segunda, chamada *dimensão transitiva*, os objetos da investigação são constituídos com a própria prática científica, não existindo de forma totalmente à parte desta e nem desapegados de contextos históricos.

Tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais possuem objetos, inclusive suas próprias teorias, passíveis de conhecimento em uma dessas duas dimensões. Mas, nas ciências sociais – por tratarem elas, em grande parte, ou quase exclusivamente, de construções humanas –, os objetos com *dimensão transitiva* assumem maior importância para a definição e o desenrolar da prática científica. Isso torna tal prática um constante trabalho de criação, redefinição e desenvolvimento de conceitos teóricos, na busca por uma melhor *adequação* a um mundo em ativa transformação (Bhaskar, 1989, p. 49-50).

Enquanto objeto de investigação, a própria ciência deve ser vista como tendo uma dimensão fortemente transitiva, pois é uma prática social e histórica. O próprio aumento do conhecimento da *realidade intransitiva* redonda na ampliação e/ou reformulação da *realidade transitiva*, estoque de paradigmas e técnicas de pesquisa a partir do qual assentam-se novos avanços da ciência (Bhaskar, 1989, p. 32). Por outro lado, a *dimensão transitiva* do conhecimento pode ser considerada um meio de produção para o aprofundamento da informação sobre os objetos caracterizados na *dimensão intransitiva*. A produção do saber não se dá *ex nihilo*, mas é um “empreendimento social” no qual se busca o entendimento das estruturas que geram os fenômenos manifestos em nível empírico, a partir do uso referencial e analógico do conheci-

³² Essa forma de argumento seria o que Bhaskar chama também de “argumento transcendental” – termo tomado emprestado de Kant, mas que apresenta diferenças à concepção kantiana (Collier, 1994, p. 20-29).

³³ Que não são consideradas de validade universal, mas “corrigíveis, contestáveis, transitórias historicamente e altamente restritas espacialmente” (Lawson, 1997, p. 50).

mento já existente, inclusive para promover um primeiro e provisório tratamento conceitual destes fenômenos (Lawson *et al.* 1996, p. 143).³⁴

Embora em termos ontológicos o RC assuma que a atividade científica assenta-se na busca por objetos e determinantes causais com existência objetiva (e, neste aspecto da existência de objetos, concorda com o positivismo), não se conclui disso que a ciência possa chegar a um conhecimento considerado verdadeiro, no sentido de expressar a explicação última dos eventos e dos estados de coisas.³⁵ Mesmo o conhecimento que se obtém com a “argumentação transcendental”, e as teorias que dele derivam, sempre estão propensos a refutações ou a melhorias, em face de informações adicionais, não havendo, assim, garantia sobre a sua correção e infalibilidade. Não há *a priori* término na investigação científica sobre as camadas mais profundas da realidade. Cada novo suposto aprofundamento do conhecimento estimula a revisão das camadas de realidade anteriormente compreendidas e ao mesmo tempo, promove a alteração da *dimensão transitiva* do conhecimento.

Por outro lado, em função do entendimento da complexidade do mundo, da interdependência das estruturas, da existência de “poderes emergentes” e, principalmente, em decorrência natural do seu posicionamento ontológico, o RC assume uma postura de relativismo epistêmico, que embora não possa ser confundida com a noção niilista presente em algumas das concepções “construtivistas”, partilha com estas a noção de pluralismo metodológico (Dow, 1996, p. 43). Por conceber que a maioria dos fenômenos/objetos possíveis de investigação científica ocorrem em sistemas abertos, o RC assume a existência de diferentes formas de se produzir conhecimento da realidade. Embora nenhuma delas seja totalizante, podem ser complementares.³⁶ Porém, é preciso que o investigador sempre tenha uma postura crítica frente aos métodos de pesquisa por ele adotado na construção de suas hipóteses, modelos, teorias, buscando a adequação desses métodos aos termos ontológicos do objeto em estudo, inclusive com a preocupação de que estes métodos não “camuflem” as estruturas *profundas* subjacentes aos objetos investigados.³⁷

As três camadas da realidade

Como vimos, Bhaskar (1975a:55) constrói sua filosofia de ciência a partir do pressuposto de que o mundo é estratificado e diferenciado. Ao desenvolver esse pressuposto, estabelece a existência de três camadas da realidade³⁸, cada qual representando exatamente a medida de interação entre o pesquisador e a realidade, e os graus distintos de profundidade ontológica dos objetos pertinentes à realidade investigada, sendo que cada camada ou domínio ontológico não pode ser redutível ao outro.

A primeira camada Bhaskar define como *realidade observada (actual)*. Representa o estado da natureza, das coisas, dos eventos, apreensíveis sem a interação com o cientista, quando o pesquisador ainda se encontra na posição de mero observador ou desconhecedor daqueles. Na segunda camada, essa realidade visível já produz no pesquisador impressões e experiências, à luz daquelas já acumuladas por este. Portanto, no segundo nível de realidade, chamado por Bhaskar de *empírico*, o pesquisador entra em contato com o evento da natureza em investigação, interferindo na formulação teórica da realidade visível, a partir de suas próprias experiências com esta, e do seu cabedal de conhecimento precedente. Na terceira camada da realidade, denominada

³⁴ A ciência se caracteriza então como a produção de conhecimento por meio de conhecimento (Collier, 1994, p. 56).

³⁵ Nesse ponto, partilha com Popper, Kuhn e Lakatos a idéia de fragilidade do conhecimento científico.

³⁶ Como coloca Collier, “teorias científicas rivais necessariamente têm diferentes objetos transitivos, ou elas não seriam diferentes; entretanto elas não estão ocupadas com diferentes mundos.” (1994, p. 51).

³⁷ Nesse sentido, no nosso entender, seria melhor denominar o suposto pluralismo metodológico de Bhaskar de pluralismo “qualificado” ou “restrito” ontologicamente.

³⁸ Tal estratificação, e os termos dados, assemelha-se muito aos três gêneros de objetos (atual, ideal e real) definidos pelo pensador austríaco O. Kulpe, que se definia como um realista crítico (*apud* Monk, 1995).

de *não-real* ou *profunda*, encontra-se a estrutura subjacente que delimita e possibilita a ocorrência dos eventos e estados de coisas observados em nível empírico. Nela, o investigador enquanto construtor de ciência precisa identificar, compreender e buscar apresentar conceitualmente as estruturas, as forças, os mecanismos gerativos e as tendências subjacentes aos fenômenos estudados.

Forças, mecanismos e tendências

Uma vez que sejam delineadas as características da estrutura subjacente ao evento empírico ou estado de coisas de interesse, torna-se possível ao pesquisador identificar as forças responsáveis pela emergência de tal fenômeno. Possibilita-se também o conhecimento de outras *forças* que, embora ainda latentes, podem *causar* a emergência de novos eventos ou estados de coisas. Assim, pode-se vislumbrar o poder que os objetos em investigação têm de gerar eventos ou de se conformar em estados de coisas, mesmo quando este poder não está causando tais eventos ou estados de coisas, a partir de suas estruturas subjacentes.³⁹ Na opinião de Collier (1994, p. 42), tal forma de conhecimento – nos termos de Bhaskar, conhecimento transcendental – é a forma mais avançada ou mesmo a ideal.

Os poderes presentes na estrutura subjacente redundam em eventos ou estados de coisas observadas em nível empírico por meio da atuação de mecanismos, denominados de *mecanismos gerativos*. Na conceituação de Bhaskar (1975a, p. 50), esses mecanismos existem como “poderes causais dos objetos”. O conceito de *mecanismo gerativo* não deve ser definido simplesmente como o que algo, o objeto, pode fazer, mas como uma “entidade concreta” – portanto, não apenas teórica – irreduzível aos eventos gerados, e que tem maior durabilidade que qualquer padrão de ocorrência destes mesmos eventos, transcendendo à emergência empírica destes (Collier, 1994, p. 62). Ou seja, este *mecanismo gerativo* está presente mesmo quando não atua.

Todavia, mesmo que disparados pela ação das forças presentes na estrutura e, portanto, exercidos, tais *mecanismos gerativos* apenas realizarão suas potencialidades e, em consequência, as potencialidades imanentes da estrutura na qual se inserem, desde que outros mecanismos ou forças a ele não se contraponham. Em um mundo no qual grande parte dos fenômenos ocorrem em sistemas abertos – premissa filosófica de um argumento que se pretenda transcendental –, tal contraposição não é um evento raro de acontecer. Para que se possa observar um *mecanismo gerativo* atuando de forma desimpedida, precisa-se “inserir-lo” no interior de um sistema fechado, isolando-o da influência da ação de outros mecanismos. Essa é exatamente a finalidade e esforço dos experimentos científicos. Isso não significa que se possa retirar destes experimentos “leis causais” que se concretizem sempre e de fato no mundo real (Bhaskar, 1975a, p. 50). Afinal, com a predominância de sistemas abertos no mundo real, existem vários *mecanismos gerativos* interagindo e codeterminando-se mutuamente, de forma a resultarem nos eventos e estados de coisas notados em nível empírico, os quais, por sua vez, não podem ser redutíveis apenas a esses mecanismos gerativos, pois não se conhece no todo a complexa interação entre eles.⁴⁰ Mais do que isso: há na natureza uma estratificação e interdependência dos *mecanismos gerativos*. Por exemplo, aqueles presentes na química afetam aos da biologia e estes aos da economia, embora os tipos de mecanismos presentes nesta não possam ser redutíveis aos da biologia e estes aos da química. É por haver diferenciação e estratificação desses mecanismos gerativos, que existem os vários campos de estudos científicos (Bhaskar, 1975a, p. 118-119).

Com essa complexa interação e ordenação das diversas camadas de mecanismos gerativos, os eventos ou os estados de coisas – ou seja, a realidade ao nível do observável empiricamente – podem até mesmo contradizer a estrutura, com suas forças, mecanismos gerativos e tendências

³⁹ Por exemplo, o reconhecimento da estrutura do motor de um automóvel, nos permite inferir as potencialidades deste, seja em termos de velocidade, seja em termos de resistência, mesmo que o motor esteja desligado.

⁴⁰ Em algumas ciências naturais, por exemplo, na astronomia, alguns eventos podem ser considerados como se dando em sistemas fechados, o que torna os experimentos com todas as variáveis relevantes sendo consideradas e estudadas de maneira repetida e controlada um caminho correto para se alcançar a realidade não-empírica a eles subjacentes.

que lhes são inerentes. Quando exercido, o *mecanismo gerativo* não redonda sempre na sua tendência esperada. Tal *contra-fenomenalidade* presente no mundo é o que, como ressaltou Marx, torna a atividade científica necessária (Collier, 1994, p. 7).⁴¹ Por essa característica ontológica do mundo, as “leis causais” devem sempre ser vistas apenas como tendências⁴² imanentes às estruturas concernentes ao objeto de interesse (Bhaskar, 1975a, p. 50). Essa forma de conhecimento alcançado por meio de argumentos transcendentais, mesmo que seja a forma “ideal”, na concepção de Collier, de modo geral não faculta ao cientista a habilidade de fazer previsão, mas somente a de vislumbrar as potencialidades presentes na estrutura identificada. Isso rompe ou impossibilita a noção de simetria entre explicação e predição, tão cara ao empirismo (Bhaskar, 1989, p. 11). Barra também a significância de qualquer critério de falseamento das proposições científicas. Assim, das explanações – que, nos termos de Bhaskar, não devem ser confundidas com generalizações – não se retiram modelos de predição, mas tão-somente tendências que podem se manifestar de forma completa, parcial, ou mesmo não se revelarem, apesar de, em todos os três casos, estarem gerando efeitos sobre os objetos (Bhaskar, 1978, p. 96).

Em resumo, conforme os preceitos do RC, a tarefa primordial daqueles que trabalham nos diversos campos da ciência é a de mostrar e compreender a realidade não visível por trás de cada fenômeno empírico. Trata-se de cobrir o hiato existente entre a realidade observada e as estruturas, forças, mecanismos e tendências geradoras dessa realidade. Destarte, o progresso da ciência passa a ser encarado como o aprofundamento da realidade estratificada do mundo (Collier, 1994, p. 50). Entender que existe uma realidade não-empírica por trás de cada evento ou estado de coisas aparentes não significa que estes sempre se darão de acordo com aquela, dada a complexidade das interações entre os elementos das estruturas e a possibilidade de emergência de forças capazes de disparar ou atenuar as potencialidades dessas estruturas identificadas. A partir da análise dos eventos ou estados de coisas que as possibilitam e as condicionam, tais potencialidades podem se mostrar impugnadas e promoverem a dissincronia.

Portanto, fazer ciência não é apenas verificar uma relação de causalidade entre os eventos e, a partir disso, construir teorias e modelos capazes de fornecerem instrumentos de predição. O RC contrapõe-se, por exemplo, ao instrumentalismo friedmaniano. Na concepção de Bhaskar (1975a), para ocorrer o desenvolvimento da ciência precisa-se ir além dos eventos e estados de coisas observados, aprofundar-se o conhecimento da realidade trazendo à tona a realidade não-empírica e ao mesmo tempo, tornar toda explicação já acumulada, a dimensão transitiva do conhecimento, em objeto a ser explicado.

5 Considerações Finais: o Realismo Crítico e a Ciência Econômica

Como mostra Lawson, na ciência econômica como nas demais ciências sociais é muito difícil encontrar um fenômeno que seja capaz de ser isolado a fim de que os diversos fatores e forças nele envolvidos possam ser facilmente identificados e analisados. Mesmo o uso de experimentos controlados mostra-se problemático. Ademais, como a economia trata de fenômenos nos quais os homens são agentes ativos e que só se manifestam pela atividades destes,⁴³ deve-se pressupor que estes fenômenos sejam passíveis de inovações e mudanças qualitativas. Em consequência, os condicionantes para as novas ocorrências de eventos ou formação de estados de coisas não podem ser conhecidos apenas a partir de eventos passados. Novas forças, mecanismos e estruturas podem ser criados pela própria conjunção inesperada das ações (intencionais ou não) de diferentes agentes, e impõem uma nova tendência não prevista dentro da conjunção de eventos observada no passado. Assim, na teoria econômica, as estruturas pertinentes ao conhecimento caracterizam-se por: a) ser a persistência dos estados função das práticas e atividades dos agentes e das estruturas que a constituem; b) não existirem isoladas das definições e concepções dos agentes; e c) não serem eternas, estando em constante transformação (Bhaskar, 1978, p. 14). Portanto, há mão dupla relação entre a estrutura econômica e o comportamento e ação dos indivíduos.

⁴¹ Isto é, a antinomia essência versus aparência.

⁴² Hausman (1989, p. 116-117) mostra que Stuart Mill, por outros caminhos, chegou a mesma conclusão.

⁴³ Nos termos de Bhaskar (1989, p. 50), fenômenos *dependentes das atividades*.

Entre outras coisas, tais propriedades imanentes às estruturas econômicas colocam restrições adicionais tanto à habilidade preditiva obtível com o uso de instrumental econométrico (Lawson, 1989, 1997), quanto à capacidade de reduzi-las à formalização matemática (Dow, 1996, p. 53) e, no que concerne a questões metodológicas, com relação a qualquer critério falsificacionista para a comparação/escolha de teorias econômicas rivais.

Nessas condições, com seu critério de adequação aos aspectos ontológicos do objeto e, por conseguinte, de “profundidade” do poder explicativo das teorias, o RC tanto supera as dificuldades encontradas em metodologias com critérios falsificacionistas ou preditivos (Arestis, 1996, p. 115-116; Lawson, 1997), quanto evita os perigos de um relativismo “vazio” ou niilismo metodológico presentes nas acepções “construtivistas” (Dow, 1996, p. 43-44; Lawson, 1997). Por isso, entendemos que o RC constitui-se em uma fundamentação filosófica rigorosa para a teorização econômica que privilegia a incerteza, as instituições e as mutações do capitalismo (nomeadamente, pós-keynesianos, institucionalistas e neo-schupeterianos).

Referências Bibliográficas

- ALDRIGHI, Dante M., SALVIANO JR., Cleofas. A grande arte: a retórica para McCloskey. In: REGO, José M. (Org.) *Retórica na Economia*. São Paulo : Editora 34, 1996.
- ARESTIS, Philip. Post-keynesian economic: towards coherence. *Cambridge Journal of Economics*, 20, p. 111-135, 1996..
- BACKHOUSE, Roger E. (1994). The lakatosian legacy in economic methodology. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.) *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge. 1994. p. 173-191.
- BAERT, Patrick. Realist philosophy of the social sciences and economics: a critique. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, p. 513-522, 1996..
- BENTON, Ted. Realism in social science. *Radical Philosophy*, n. 27, p. 174-192. 1981.
- BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. 2. ed. Brighton : Harvester, 1975a.
- _____. Feyerabend and Bachelard: two philosophies of science”. *New Left Review*, n. 94, p. 31-55, 1975b..
- _____. On the possibility of Social Scientific Knowledge and the limits of naturalism. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 8, n. 1, p. 1-28, 1978..
- _____. Beef, structure and place: notes from a critical naturalist perspective. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 14, n. 1, p. 81-95, 1984..
- _____. *Scientific Realism and Human Emancipation*. Londres : Verso, 1986..
- _____. *The Possibility of Naturalism : A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. 2. ed. London : Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia: ou como os economistas Explicam*. 2ª ed. São Paulo : Edusp, 1993.
- _____. Why I am not a constructivist: confessions of an unrepentant popperian. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.). *New directions in economic methodology*. London : Routledge, 1994. p. 109-136.
- BROWN, Vivienne. The economy as text. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.), *New directions in economic methodology*. London : Routledge, 1994. p. 368-382.
- CALDWELL, Bruce J. *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*. London : Allen and Unwin, 1982.
- _____. Clarifying Popper. *Journal of Economic Literature*, v. 29, n. 1, p. 1-33, Mars. 1991.
- COLLIER, Andrew. *Critical Realism : An introduction to Roy Bhaskar's Philosophy*. Londres : Verso, 1994.
- DOW, Sheila C. Beyond dualism. *Cambridge Journal of Economics*, v. 14, p. 143-157, 1990.

- _____. *The Methodology of Macroeconomic Thought*: a conceptual analysis of schools of thought in economics. Cheltenham : Edward Elgar, 1996.
- _____. Mainstream economic methodology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 21, p. 73-93, 1997..
- DUAYER, Mário. A Ontologia Social Organicista Pós-Keynesiana: Ruptura com o Neoclassicismo? *Ensaio FEE*, n. 16, p. 190-217, 1995..
- FERNANDEZ, Ramón G. A retórica e a procura da verdade em economia. In: REGO, José M. (Org.). *Retórica na Economia*, São Paulo : Editora 34, 1996. p. 143-161.
- FEYERABEND, Paul. "Consolando o especialista. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo : Cultrix, 1979. p. 244-284.
- _____. *Against Method*. London : Verso, 1975..
- FONTENELE, Ana Maria C. (1995) *Progresso e Método na História das Teorias da Organização Industrial*. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1995.
- FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: HAUSMAN, Daniel M. (Ed.) *The Philosophy of Economics : An Anthology*. Cambridge : Cambridge University Press, 1984.
- GOULD, Stephen J. *Dedo Mindinho e seus Vizinhos : Ensaio de História Natural*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993..
- HANDS, D. Wade. Popper and Lakatos in economic methodology. In: MÄKI, Uskali ; GUSTAFSSON, B., KNUDSEN, Christian (Ed.) *Rationality, Institutions and Economic Methodology*. London : Routledge. p. 61-75.
- HARRÉ, Ron. *The Principles of Scientific Thinking*. London : Macmillan, 1970.
- HAUSMAN, Daniel M. Economic Methodology in a Nutshell. *Journal of Economic Perspectives*, v. 3, n. 2, p. 115-127, 1989..
- _____. Kuhn, Lakatos and the character of economics. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.). *New directions in economic methodology*. London : Routledge, 1994.
- HENDERSON, Willie. Metaphor and Economics. In: BACKHOUSE, Roger E. (Ed.), *New directions in economic methodology*. London : Routledge, 1994. p. 343-367.
- HUTCHISON, Terence.W. *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory*. New York : Augustus Kelley, 1960.
- ISAAC, Jeffrey C. Realism and reality: some realistic reconsiderations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 21, p. 1-31, 1992.
- JOHNSON, Harry G. A revolução keynesiana e a contra-revolução monetarista". *Edições Multiplic*, v. 1, n. 3, p. 145-162, fev. 1981.
- JOHNSTON, J. Econometrics: Retrospect and Prospect. *Economic Journal*, v. 101, n. 404, 1991..
- KLAMER, Arjo. *Conversas com Economistas : Os Novos Economistas Clássicos e seus Opositores Falam sobre a Atual Controvérsia em Macroeconomia*. São Paulo : Pioneira, 1988.
- KUHN, Thomas S. Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa? In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Org.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo : Cultrix, 1979. p. 5-32.
- _____. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo : Perspectiva, 1987.
- _____. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Org.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo : Cultrix, 1979. p. 285-343.
- LAKATOS, Imre. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan. (Org.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo : Cultrix, 1979. p. 109-243.

- LAWSON, Clive, PEACOCK, Mark, PRATTEN, Stephen. Realism, underlabouring and institutions. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, p. 137-151, 1996..
- LAWSON, Tony. Realism and instrumentalism in the development of econometrics. *Oxford Economic Papers*, v. 41, n. 1, 1989.
- _____. A realist perspective on contemporary 'economic theory'. *Journal of Economic Issues*, v. 29, n. 1, p. 1-31, Mars. 1995.
- _____. *Economics and Reality*. London : Routledge, 1997.
- LOPES, Carlos F. A Intransigência da Retórica: o discurso reacionário em McCloskey. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24. Águas de Lindóia, p. 323-339, 1996..
- LUCAS JR., Robert E., SARGENT, Thomas J. After keynesian macroeconomics. In: LUCAS JR., Robert E., SARGENT, Thomas J. (Org.) *Rational Expectations and Econometric Practice*. London : G. Allen, Unwin. 1981. p. 295-319.
- MACHLUP, Fritz. The problem of verification in economics". *Southern Economic Journal*, v. 22, n.1, p. 1-21, 1955..
- MÄKI, Uskali. Diagnosing McCloskey. *Journal of Economic Literature*, v. 33, n. 3, p. 1300-1318, Sept. 1995.
- MCCLOSKEY, Donald N. (1983). "The rhetoric of economics". *Journal of Economic Literature*, v. 21, n.2 p. 481-517, June. 1983.
- _____. A retórica da economia. In: REGO, José M. (Org.). *Journal of Economic Literature*, v. 21, n.2 p. 47-80, June. 1985..
- _____. How to do a Rethorical Analisis and Why. In: BACKHOUSE, R. E. (Ed.), *Journal of Economic Literature*, v. 21, n.2 p. 319-342, June. 1994.
- _____. How Economists Persuade. *Journal of Economic Methodology*, v. 1, n. 1, p. 15-22, June. 1994a.
- _____. (1995) Modern Epistemology Against Analytic Philosophy: A Reply to Mäki. *Journal of Economic Literature*, v. 33, n. 3, p. 1319, Sept. 1995.
- MONK, Roy. *Wittgenstein : O Dever do Gênio*. São Paulo : Companhias das Letras, 1995..
- PAULANI Lede M. Idéias sem lugar: sobre a retórica da economia de McCloskey. In: REGO, José M. (Org.), *Journal of Economic Literature*, v. 21, n. 2, p. 99-114. 1996.
- POPPER, Karl (1934). *Logik der Forschung*, 1935 (edição inglesa ampliada: *The Logic of Scientific Discovery*).
- _____. *Conjectures and Refutations : The Growth of Scientific Knowledge*. London : Routledge & Kegan Paul, 1963..
- _____. A ciência normal e seus perigos. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo : Cultrix, p. 63-71, 1970..
- _____. *Lógica das Ciências Sociais*. Brasília : Ed. da UnB, 1978.
- REGO, José M. Retórica na economia – idéias no lugar. In: REGO, José M. (Org.). *Journal of Economic Literature*, v. 21, n. 2, p. 129-142, 1996.
- RORTY, Richard. *Philosophy and the Mirror of Nature* Princeton: Princeton University Press, 1979.
- RUSSEL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. 4. ed. Brasília : Editora da UnB, 1982.
- SIMON, Herbert A. From substantive to procedural rationality. In: LATSIS, S.J. (Ed.) *Method and Appraisal in Economics*. Cambridge : Cambridge University Press. 1976. p. 129-148.
- SOFIANOU, Evanthia. Post-modernism and the notion of rationality in economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, p. 373-389, 1995..
- STETTLER, Michael (1995). The rhetoric of McCloskey's rhetoric of economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, p. 391-403, 1995..